

**ATA**

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara informou que estava presente nesta reunião o Presidente da Associação Mundos de Vida, Eng.º Manuel Araújo, a quem iria dar a palavra de seguida. Explicou que esta Associação tem por objetivo fazer o acolhimento de crianças em ambiente familiar, em alternativa ao internamento em instituições. Tomou, então, a palavra o Eng.º Manuel Araújo para informar que iria ser entregue à Câmara Municipal uma placa de agradecimento pela colaboração na iniciativa da Associação Mundos de Vida, denominada “A Maior Caminhada do Pijama do Mundo”, realizada no passado dia 1 de junho, um movimento nacional de solidariedade para com aquela associação. -----

-----INTERVENÇÕES-----

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador José Bastos que informou que iria ser feita a apresentação do símbolo da nova imagem institucional do Município, pelo seu autor, João Campos.

Foi, então, feita a apresentação da nova criação tipográfica, informando tratar-se do “coração” da identidade da Capital Europeia da Cultura 2012 (CEC), adotando a sua simbologia e capitalizando o legado emocional desenvolvido ao longo do evento. Disse, ainda, que se pretende refletir num coração o amor que os vimaranenses têm pela sua história, com referências gráficas às ameias do Castelo e ao elmo de D. Afonso Henriques., onde o símbolo pode assumir versões dinâmicas, tendo o desígnio de promover a personalização e a apropriação dos vimaranenses, tal como se verificou na identidade da CEC 2012. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador José Manuel Torcato – a) – Referiu uma reunião alargada realizada no Porto, no passado dia 7 de junho, visando uma plataforma de entendimento para resolver a questão da isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial. Disse que terá sido afirmado nessa reunião não haver, ainda, desenvolvimentos nesta matéria, contudo, recordou que em resposta à interpelação da deputada do Bloco de Esquerda, Carla Carvalho, na última sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães terá dito que havia indícios de que o assunto iria ser resolvido conforme era intenção das três Câmaras Municipais, pelo que, face a estas duas informações aparentemente divergentes, disse querer saber se havia algum elemento que indiciasse a resolução do problema; **b)** – Referiu a recente transformação em espaço comercial da Capela Mortuária da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, dizendo fazer falta a criação de um espaço com idênticas funções mas adaptado à realidade, não tendo que se prender sempre a um ritual religioso. Disse, a propósito, que todos os cidadãos que não se identificam



com qualquer credo religioso ou que professam outra religião não têm um espaço condigno e aberto, onde possam ser acolhidos sem qualquer constrangimento simbólico do espaço que ocupam. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – a) – Disse querer retomar o tema da Universidade das Nações Unidas com o propósito de reposição da verdade, referindo que na última reunião de Câmara foi acusado de violação do dever de sigilo tendo, na altura, referido que tal acusação não correspondia à verdade explicando que era já público a assinatura do protocolo que veio instituir a criação da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, o que considerava ser suficiente para não mais ser acusado por tais factos. Continuou, manifestando ter sido surpreendido pela intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães na última sessão da Assembleia Municipal, no mesmo sentido do que havia dito há duas semanas atrás, mesmo depois de ter negado prontamente as acusações que lhe haviam sido imputadas. De seguida, exibiu um documento que assinalava o anúncio da assinatura do protocolo e que havia sido divulgado na agenda da Agência Lusa na quinta-feira, dia 22 de maio de 2014, pelas 19:42h e um outro das 06:45h do dia 24 de maio de 2014, este segundo com a divulgação da agenda do Governo, tendo ainda questionado o Presidente da Câmara por forma a que este manifestasse se o dever de sigilo a que aludiu era ou não extensivo a si, considerando que o Presidente da Câmara se deveria retratar do que havia dito, quer na última reunião de Câmara, quer, sobretudo, na última sessão da Assembleia Municipal, de modo a repor a verdade. -----

3 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a questão da isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial

informou que o que disse na Assembleia Municipal foi no sentido de que oficialmente não tinha nenhuma informação mas que, por via oficiosa, tinha a percepção de que o assunto iria ser resolvido. Acrescentou, ainda, relativamente à reunião realizada no Porto, que a Câmara de Guimarães não se fez representar por ter sido entendido, juntamente com outros municípios, que, no momento, seria a posição a adotar; **b)** - Sobre os espaços mortuários, referiu que a Casa Mortuária de Creixomil já está preparada para várias confissões religiosas, referindo haver muitas outras Casas Mortuárias disponíveis em virtude de se registar cada vez uma maior abertura por parte da Igreja Católica; **c)** - Referiu que o processo relativo à instalação da Universidade das Nações Unidas em Guimarães é da inteira responsabilidade da Universidade do Minho, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e da Câmara Municipal de Guimarães, através do seu Presidente, não tendo mais ninguém tido intervenção direta neste processo. Disse, ainda, que sendo uma valência tão importante para Guimarães e tendo sido pedida confidencialidade no decorrer do processo, não caberia a um Vereador da oposição divulgar essa conquista para Guimarães. Por último, disse que a instalação desta unidade operacional da Universidade das Nações Unidas é muito importante para a internacionalização da Universidade do Minho, para a estratégia do Campus Universitário de Couros e para a afirmação de Guimarães como cidade universitária, sendo também importante a união de todos em torno destes resultados. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - De estar a ser desenvolvido, com várias entidades, um Plano de Ação e Combate à Toxicodependência justificado pela necessidade de criar respostas sociais para as vítimas deste flagelo, com uma



dimensão crescente no Município. **2** – Do reconhecimento, pela Agência para a Modernização Administrativa, do novo portal do Município como uma referência nas boas práticas em “Open Source” (“Código Aberto”) na Administração Pública. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de maio, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de abril de 2014, que designou o Vereador José Manuel Nogueira Teixeira Bastos como representante do Município no processo de Liquidação da Fundação Cidade de Guimarães. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 DAS TAIPAS – CALDELAS – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos) que, para este efeito, contactou os respetivos projetistas. Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art.º. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas

alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 4 de junho de 2014 até às 17:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida." A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM VÁRIAS FREGUESIAS DO CONCELHO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Beneficiação de Arruamentos em Várias Freguesias do Concelho", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 29 de maio de 2014 a "M. Couto Alves, SA", pelo valor de €991.513,35, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE (ANTIGA FREGUESIA DE RENDUFE) - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA – ANO DE 2013

- Presente a seguinte proposta: "No âmbito do processo de loteamento nº 137/2000,



referente à construção de um loteamento no Lugar de Sabarigo, na freguesia de Rendufe, verificou-se que o seu promotor não executou as obras de urbanização constantes do Alvará de Loteamento nº 10/04, emitido em 17/05/2004, em nome de António Fernandes, pelo que cabia à Câmara Municipal executar aquelas obras, sendo o seu custo imputado ao promotor do loteamento através do acionamento da caução existente no valor de €2.381,00, depositada em 7 de março de 2012, nos termos dos números 1, 2 e 3 do artigo 84º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, com as alterações introduzidas pela Lei 60/2007, de 4 de setembro e Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. Não tendo sido possível à Câmara Municipal executar as obras em causa, naquele momento, foi proposto delegar a sua execução na Junta de Freguesia de Rendufe. Em maio de 2013, a Junta de Freguesia de Rendufe informou esta Câmara Municipal da conclusão das obras de urbanização, solicitando a devida vistoria, tendo o Departamento de Obras Municipais, em 10 de julho de 2013, verificado que os respetivos trabalhos haviam sido realizados, tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória no dia 28 de outubro de 2013, que importa no valor de €2.381,00. Contudo, tratando-se de uma obra realizada no ano de 2013, ainda na vigência da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 12 de janeiro, a delegação de competências para a realização desta obra não foi à data, por lapso, submetida a aprovação da Câmara Municipal. Entretanto, na sequência da publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Rendufe encontra-se agora agregada

com a Freguesia de Atães, passando a designar-se União das Freguesias de Atães e Rendufe. Assim, tendo as obras sido realizadas ainda na vigência da lei anterior - artigo 66.º da referida Lei n.º 169/99 - proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho que autorizou a execução destas obras e aprove que a correspondente verba seja paga à União das Freguesias de Atães e Rendufe.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE MAIO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de maio que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, cujo mapa se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - COMODATO - EB1 DE PAÇÔ VIEIRA, FREGUESIA DE MESÃO FRIO – Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: “Nos termos do contrato de comodato celebrado em 13 de maio de 2013, o edifício escolar desativado de Paçô Vieira, da freguesia de Mesão Frio, foi cedido ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, para o desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres de crianças do ensino pré-escolar e alunos do 1º ciclo. No entanto, em virtude de tal apoio ter cessado, o Agrupamento veio, por ofício datado de 21 de fevereiro de 2014, solicitar a denúncia do contrato. Assim, a Junta de Freguesia de Mesão Frio manifestou interesse na cedência daquele edifício, de modo a evitar o risco de



deterioração e vandalismo daquelas instalações. A Junta de Freguesia propõe, para o efeito, utilizar o referido imóvel, intervindo de forma a criar condições para que a população da freguesia, especialmente as crianças e jovens, possam dele usufruir com qualidade e em condições de higiene e segurança, através da criação de um local de convívio, desenvolvimento de atividades de âmbito cultural, social, recreativo e cívico, bem como de fomento à prática do desporto e estímulo ao associativismo. De acordo com informação prestada pela Divisão da Educação, não há qualquer inconveniente quanto à utilização do imóvel para os fins pretendidos pela Junta de Freguesia. Solicita, igualmente, à Autarquia a cedência do equipamento existente no prédio, e que se torne prescindível para os Serviços Municipais, tendo também a Divisão de Educação apresentado uma listagem do material que pode ser dispensado à Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Mesão Frio e demais população, tendo aquela Autarquia pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a deliberação de Câmara a cedência, à Freguesia de Mesão Frio, do equipamento constante da listagem em anexo, bem como do antigo edifício do 1º ciclo do ensino básico de Paçô Vieira, da freguesia de Mesão Frio, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 1884/20110322 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2025, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À

consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “O Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães pretende criar, nas suas instalações, um laboratório de fotografia analógica solicitando para o efeito uma banca de aço inox de 1,40x60cms, aproximadamente, para apoio ao processo de revelação. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, desta autarquia, existe disponibilidade na cedência de uma banca de aço inox, com as características pretendidas, que se encontra no armazém da referida Divisão, proveniente de um estabelecimento escolar objeto de obras de ampliação/reconversão em centro escolar, e como tal é dispensável. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação de uma banca com pia em aço em inox, ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães, para os efeitos pretendidos, devendo o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €150,00. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR

– Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os



critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - "PEIM" - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **QUINTA DE ALTARES – ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **73%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **JAPIMOBILI – GESTÃO**

IMOBILIÁRIA, LDA apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **90%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **LIROF – FIOS TÊXTEIS, SA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **68%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **IMOBILIÁRIA FALANCES & FONTES, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **85%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **JAF – ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **56%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de



edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **QUINTA DE ALTARES – ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA; JAPIMOBILI – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA; LIROF – FIOS TÊXTEIS e SA, IMOBILIÁRIA FALANCES & FONTES, LDA; JAF – ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Aprovou esta Câmara Municipal no passado dia 12 de Dezembro o Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal – RPEIM. Tem tal regulamento como objetivo principal o estabelecimento de critérios a adotar pela Câmara e pela Assembleia Municipal para a classificação de projetos de investimento concelhios como Projetos Económicos de Interesse Municipal com vista à concessão de isenção total ou parcial de tributos municipais. Sendo embora uma proposta apresentada pelo Partido Socialista, ela veio ao encontro da medida já há muito

reclamada como fundamental para a captação de investimento, posta em prática de resto, por muitos outros municípios portugueses. Reconhecendo a sua importância como instrumento de apoio ao investimento e, a par de outras medidas, como promotor da captação de investimento, não foi no entanto merecedor do apoio da vereação da Coligação pelas seguintes razões: 1. Por enfermar na sua formulação de um desadequado apoio à criação de novos postos de trabalho ao atribuir apenas um peso de 30% a esta importante e fundamental medida de ataque ao maior problema social que nos aflige, o desemprego; 2. Por atribuir um peso a aspetos que nos parecem irrelevantes como a idade dos promotores e o prazo de concretização do investimento; Por ignorar aspetos que consideramos fundamentais tais como o seu rácio Exportação/Importação, assim como o seu contributo para a concretização de uma economia verde. Feito este breve historial acerca do regulamento que temos hoje, esclareçamos então alguns aspetos que nos parecem andar demasiado confusos. Pela informação emanada dos serviços da Câmara, parece haver uma grande confusão. De facto, não podemos confundir **apoio ao investimento** com **captação de investimento**. Vejamos um simples exemplo. Uma empresa do ramo mobiliário, em Paços de Ferreira, resolve ampliar e reforçar os seus negócios. Trata-se de um **investimento**. A empresa multinacional de mobiliário, IKEA, pretendendo investir em Portugal, escolhe Paços de Ferreira para local das suas instalações. Trata-se de uma verdadeira **captação de investimento** por parte do município de Paços de Ferreira. É que ficamos completamente estupefactos, para não usar uma terminologia mais agreste, com aquilo que se propagandeia induzindo em erro quem lê ou quem ouve. Parece querer fazer-se de nós tolos. Se são bem conhecidos os malefícios da publicidade



enganosa no que diz respeito ao comércio, são bem mais graves no que se refere aos prejuízos causados à democracia. O povo não gosta de ser enganado, e a mensagem que passou, Sr. Presidente e senhoras e senhores vereadores foi, e cito, **"Câmara de Guimarães atrai mais cerca de 18 milhões de euros de investimento"**. Ora, aquilo que hoje aqui tratamos mais não é do que simples apoio a investimentos e nada tem de captação de novos investimentos. Assim, e analisando alguns destes casos, como por exemplo, **"JAPIMOBILI"**, trata-se de um investimento de um importante e bom grupo empresarial do ramo automóvel que já está cá instalado há vários anos. Ou a **IMOBILIÁRIA FALANCES E FONTES LD^a**, que é uma empresa com um projeto empresarial já lançado há vários anos aqui em Guimarães. Ou até uma outra, da área alimentar, a **SOGUIMA**, que mereceu já apoio em reunião passada e que é uma pujante e brilhante empresa vimaranense. Não se trata pois de nenhuma **captação de investimento** mas apenas de investimento de empresas já cá localizadas e que merecem, naturalmente, toda a nossa consideração e o nosso empenhado apoio. No caso presente, e sendo a nossa posição há muito conhecida, como defensora de medidas de apoio às empresas que criam postos de trabalho, minimizando assim o principal flagelo social que a todos nos apoquenta e promovendo o importante crescimento económico da nossa terra, colocamos uma questão que nos parece pertinente e que tem a ver com o preconizado no **artigo 4º. – condições objetivas**, do RPEIM. De facto, prevê o **ponto 1** do referido **artigo 4º.**, *"Só serão considerados os projetos de investimento cuja realização não se tenha iniciado à data da notificação da aceitação da candidatura a PEIM"*. Ora, alguns destes projetos têm os seus processos de licenciamento em curso, outros estão já concluídos e

outros têm mesmo até as obras já iniciadas e paralisadas por dificuldades de financiamento. Torna-se pois imperioso, a nosso ver, que seja salvaguardado o cumprimento do regulamento sob pena de incorrermos em grave irregularidade suscetível de sanção.” -----

TURISMO - RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE AUTOCARRO TURÍSTICO E DE VEÍCULO DE TRAÇÃO ANIMAL – Presente a

seguinte proposta do Vereador José Bastos: “O turismo de Guimarães é um sector em crescimento, que contribui para o desenvolvimento e sustentabilidade económica do Concelho. Permite criar e gerar experiências e promover o bem-estar tanto dos visitantes como dos seus habitantes. Nesse sentido, para além do enfoque na valorização do Património Material e Imaterial, bem como na produção cultural e artística, é importante termos, igualmente, o enfoque na promoção e valorização de serviços que fidelizem e atraiam os turistas ao nosso Concelho. Com este propósito, a continuidade de exploração de circuitos turísticos é nosso desiderato e das empresas que efetuaram nestes últimos dois anos os respetivos circuitos. Assim, consubstanciado nas deliberações de adjudicação dos serviços de exploração de circuitos turísticos, uma em autocarro turístico, de 26 de Abril de 2012, e outra em veículo de tração animal, de 21 de Junho de 2012, está previsto, no ponto 2 do art.º 1º capítulo I- Disposições gerais, que a respetiva exploração é realizada em regime de exclusividade, pelo período de dois anos e no nº2 do art.º 16.º - Prazo - que após aquele período a licença poderá ser renovada mediante requerimento do interessado. Considerando que o prazo dos dois anos de exploração está a terminar, as empresas às quais lhes foi atribuído alvará de exploração submeteram, no prazo previsto, o pedido de renovação das licenças, sendo as mesmas



tituladas pelo respetivo alvará, emitido pelo prazo de um ano, renovável por igual período, nos termos do art.º 4 do Regulamento para a atribuição de circuitos turísticos no Concelho de Guimarães. Pela parte da empresa dos veículos com tração animal, o pedido de renovação da licença mantém-se para mais dois anos, mantendo as mesmas prerrogativas da execução do serviço, contudo, a empresa dos autocarros turísticos pede a renovação da licença mas com algumas alterações, conforme abaixo descritas: 1. Período de funcionamento: a) Páscoa: 5ª, 6ª e sábado da Semana Santa; b) 1 Junho a 30 de Setembro: operação todos os dias da semana, exceto à 2ª feira para manutenção do autocarro. 2. Circulação pelo Centro Histórico da Cidade de Guimarães (para além do já efetuado nestes últimos dois anos, aprovado no procedimento do Concurso público de 2012): a) Rua Valdonas; b) Largo da Misericórdia; c) Rua Rainha D. Maria II – passagem pelo Largo da Oliveira; d) Rua Alfredo Guimarães; e) Saída do Centro Histórico para a alameda São Dâmaso. Em face do interesse inequívoco de que se reveste a continuação destes serviços turísticos na nossa cidade, proponho a renovação das duas licenças e, concomitantemente, a aprovação das alterações solicitadas por parte da empresa de autocarro turístico, a produzir efeitos a partir de 15 de Julho do corrente ano.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB1 DE SOUTO S. SALVADOR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Educação: “A Escola EB1 de Souto S. Salvador solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 9 de junho, para uma visita à uma unidade comercial em Matosinhos para levantar um prémio atribuído no âmbito de um concurso. Considerando que se

trata de uma atividade relevante interesse pedagógico e que a colaboração da Autarquia se reveste de suma importância para a sua concretização e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização de viatura em causa, considerando ainda os custos associados a uma deslocação para fora do concelho, e sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, remete-se a reunião de Câmara para ratificação deste apoio.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – RATIFICAÇÃO DA PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS (ADCL) E A EB 2,3 FERNANDO TÁVORA PARA DOIS PROJETOS DO PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – PIEF – Presente a seguinte

informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e a EB2,3 Fernando Távora estão a desenvolver, em parceria com diversas entidades, e no âmbito do Programa de Apoio e Qualificação do PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação, regulado pela Portaria nº 272, de 4 de setembro, dois projetos de constituição de turmas para certificar jovens do 2º e 3º ciclos do ensino básico com percursos escolares caracterizados pelo insucesso e risco de abandono escolar. Para o efeito, foi solicitado à Câmara Municipal que se associasse como entidade parceira, competindo-lhe, para além, do transporte escolar àqueles alunos, o seguinte: – Disponibilizar à assembleia de parceiros, informação sobre os recursos mobilizáveis ao nível dos projetos locais, respostas sociais e outras dinâmicas das quais a CMG seja promotora ou parceira, de acordo com as necessidades locais do



PIEF; – Disponibilizar um técnico de serviço social para acompanhamento do projeto, participação nas reuniões e articulação interinstitucional; – Colaborar no acompanhamento e avaliação do Programa; – Participar nas reuniões trimestrais da assembleia de parceiros. Dado interesse social deste projeto foi assinado o compromisso de parceria para dois programas PIEF que se encontram em curso e para os quais se solicita a devida ratificação.” O compromisso de parceria dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO RMECARH - 2º SEMESTRE DE 2014 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Nos termos do Regulamento nº 606/2010, e atentos os relatórios técnicos de avaliação das candidaturas selecionadas para apoio (em anexo), propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios e apoios não financeiros: Candidato: **Osmusiké – Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda** - Projeto: Criação teatral "A Estrela e o Pequeno Grão" - Subsídio: €3.000,00; Candidato: **Sociedade Musical de Pevidém** - Projeto: Edição de livro e concertos “120 Anos da Banda de Pevidém - Sua História e Histórias” - Subsídio: €2.500,00; Candidato: **Associação Académica da Universidade do Minho** - Projeto: Receção ao Caloiro 2014 - Subsídio: €10.000,00; Candidato: **Ó da Casa - Associação Cultural** - Projeto: Guimarães Noc Noc 2014 - Subsídio: €10.000,00; Candidato: **ADCL – Associação Para o Desenvolvimento das Comunidades Locais** - Projeto: Feira da Terra 2014 - Subsídio: €9.000,00 - Apoio não financeiro: - Apoio na conceção gráfica de materiais de divulgação; - Disponibilização de 2 estruturas de outdoor; - Construção de um cercado para a exposição de

animais, incluindo materiais e recursos humanos para montagem e desmontagem; - Montagem e desmontagem de instalações elétricas, incluindo recursos humanos, materiais necessários, baixadas elétricas e apoio técnico de eletricitas no decorrer do evento; - Transporte de 7 pavilhões (cozinhas) para o recinto da Feira e recursos humanos para apoio na montagem e desmontagem dos mesmos; - Cedência e transporte de vasos, cadeiras e grades; - Colocação de baldes / contentores de lixo, incluindo de separação de resíduos; - Recolha de lixo e limpeza do recinto durante o evento; - Limpeza do recinto, incluindo lavagem da zona do cercado no final do evento; - Apoio na organização, montagem e desmontagem de cozinhas. Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efetuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” Os relatórios técnicos de avaliação das candidaturas selecionadas para apoio dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - GRUPO DESPORTIVO, RECREATIVO E CULTURAL BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO – CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Briteiros Santo Estêvão realizou obras de conservação e de melhoramento das infraestruturas de apoio ao campo de futebol, existente no lugar



de Real, na freguesia de Briteiros Santo Estêvão, com o objetivo de desenvolver e promover a prática do futebol naquela freguesia, e encorajar as crianças a participar em atividades desportivas e físicas. Na sequência da conclusão destas obras, solicitou o apoio desta Câmara Municipal com vista à construção de um muro de vedação do seu complexo desportivo, tendo em conta a necessidade de garantir a segurança das pessoas que frequentam aquele recinto, bem como evitar entradas abusivas. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de €10.533,04, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse para a comunidade em geral, e havendo disponibilidade dos respetivos serviços para a execução da obra por administração direta, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio daquela obra, cujo montante total importa em €10.533,04. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE
LAVROU A PRESENTE ATA.** -----